

## CPI DAS BETS

Senadora vai entregar relatório da CPI das Bets ao Executivo e ao Judiciário; projetos de lei miram cadastro único, taxação mais alta e controle de publicidade

# Soraya desafia colegas e promete endurecer

» ALÍCIA BERNARDES\*

Mesmo com o relatório final da CPI das Apostas Esportivas rejeitado, por quatro votos a três, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) afirmou que continuará atuando para endurecer as regras do setor. Ela anunciou que levará o conteúdo do relatório e os documentos obtidos pela comissão ao Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República (PGR), Supremo Tribunal Federal (STF) e Polícia Federal (PF). “Todos os brasileiros saberão que não terminou e não terminará em pizza. Eu não sou a pizzaiola”, declarou.

A votação refletiu o embate político que marcou os sete meses de trabalho da CPI.

O relatório de Soraya sugere o indiciamento de 16 pessoas, entre elas, as influenciadoras digitais Virginia Fonseca e Deolane Bezerra, acusadas de promover casas de apostas sem cumprir exigências legais. A defesa de Virginia, em nota, reagiu com “surpresa e espanto” à proposta de indiciamento, destacando que outras influenciadoras não foram citadas no parecer, mesmo tendo atuado da mesma forma. “Confiamos no justo discernimento dos senadores da CPI e que a influenciadora receba o mesmo tratamento dado aos demais”, afirmou a nota.

A tensão se refletiu também na sessão final da CPI, marcada por um bate-boca entre o senador Eduardo Girão e o presidente do colegiado, Dr. Hiran (PP-RR). Girão insinuou que haveria “denúncia de corrupção envolvendo parlamentares”. O presidente da comissão não gostou. “Quando o senhor diz isso, o senhor me agride. Eu não aceito isso”, reagiu Hiran. Girão rebateu: “Os dados são públicos”. Hiran insistiu para que ele citasse nomes: “Diga o nome ou o senhor está esquecido?”. Girão alegou que os nomes estavam em um relatório paralelo que não foi votado. Hiran então subiu o tom: “Sente aqui. Vá ser presidente de alguma coisa e deixe de ser coadjuvante”. A discussão foi encerrada com o microfone cortado.

Apesar da rejeição do relatório, Soraya afirmou que o material será reaproveitado em uma série de projetos de lei que ela apresentará

Geraldo Magela/Agência Senado



Ao lado do presidente da CPI, Soraya Thronicke falou que vai levar propostas do relatório adiante

nos próximos dias. Um dos principais propõe a criação de um cadastro único de apostadores, com renovação obrigatória a cada seis meses. “Esse cadastro permitirá saber a idade, frequência e valor médio das apostas, além de possibilitar bloqueios de CPFs. É como uma carteira de motorista: só joga quem estiver regularizado”, explicou.

Outra medida será a proibição do uso de pessoas, pets e influenciadores reais ou virtuais em propagandas de sites de apostas. Soraya alertou para o uso de inteligência artificial e personagens digitais que estimulam o consumo disfarçadamente. “Já tem cachorro digital promovendo bet. Isso é inaceitável. A propaganda precisa seguir o modelo do cigarro e do álcool: mostrar apenas o produto, sem apelo emocional.”

A senadora também propõe alterações na tributação do setor. Embora o governo tenha estabelecido uma alíquota de 18%, Soraya defende algo maior, citando o princípio da seletividade tributária. “Cigarro paga 265%, bebida alcoólica 60%. As bets não geram empregos, causam dependência e ainda sonégam. Têm que pagar mais”, disse. Ela

### Como votaram os senadores:

- » Eduardo Girão (Novo-CE): a favor
- » Soraya Thronicke (Podemos-MS): a favor
- » Alessandro Vieira (MDB-SE): a favor
- » Eduardo Gomes (PL-TO): contra
- » Efraim Filho (União-PB): contra
- » Professora Dorinha Seabra (União-TO): contra
- » Angelo Coronel (PSD-BA): contra

também quer proibir incentivos fiscais a essas empresas, concedidos por prefeituras para atrair investimentos. “É compreensível a intenção de arrecadar, mas estamos falando de uma atividade que causa dano social. O incentivo tem que ser vetado.”

Entre os projetos, Soraya incluirá a correção do valor da outorga, hoje fixado em R\$ 30 milhões para até três plataformas, sem previsão

de reajuste monetário. “Esse valor virou troco. Vamos propor atualização e escalonamento de acordo com o volume de operações”, afirmou. Ela também defende que a Receita Federal cobre impostos retroativos das empresas que já atuavam no país antes da regulamentação. Segundo dados da própria Receita apresentados à CPI, o país teria deixado de arrecadar ao menos R\$ 15 bilhões em 2023.

Para garantir o cumprimento da lei, Soraya pretende apresentar um projeto que amplie os poderes da Anatel, permitindo o bloqueio de sites de apostas estrangeiros. A inspição vem dos Estados Unidos, onde o acesso a cassinos online de fora do país é quase impossível, mesmo via VPN. “Já temos a tecnologia. Vamos atrás dessas soluções para proteger os brasileiros”, afirmou.

Apesar do clima tenso, Soraya afirmou que prefere agora seguir com o trabalho legislativo. “Estava muito difícil trabalhar daquele jeito. Agora podemos pôr a mão na massa. Hoje, mais do que nunca, temos clareza do que precisa ser feito. Vamos regulamentar, taxar com justiça e proteger as famílias brasileiras”.

**Estagiária sob supervisão de Edla Lula**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Lula não pode contar com a Câmara para tirar dos ricos e dar aos pobres

Popularizada nos anos 1970 pelos economistas neoliberais, a “Curva de Laffer” é uma tese do economista norte-americano Arthur Laffer, que lhe empresta o nome, segundo a qual a redução de impostos é uma forma de aumentar a arrecadação. Foi adotada pelo presidente Ronald Reagan. Laffer fez parte de seu governo e é considerado o pai da corrente econômica que estuda os impactos causados pela diminuição da carga tributária na inflação, emprego, produtividade etc.

De acordo com sua teoria, os consumidores se beneficiam de uma maior oferta de bens e serviços a preços mais baixos e as oportunidades de emprego aumentam. Já com o imposto excessivo, as pessoas evitam pagar (evasão, sonegação) ou a economia desacelera, o que provoca queda de arrecadação. Usando cálculos matemáticos, Laffer estabeleceu um ponto de máxima arrecadação: acima disso, aumentar tributos provocaria queda de receita.

Brasil enfrenta uma crise fiscal estrutural, caracterizada por alta carga tributária, grande volume de renúncias fiscais, crescimento contínuo das despesas obrigatórias (previdência, funcionalismo, saúde, educação) e dificuldade de elevar a arrecadação sem frear o crescimento ou aumentar a desigualdade. Esse cenário macroeconômico é quase um consenso nacional.

Na teoria, impostos em cascata e sobre produção podem, sim, provocar redução de base tributária; reduzir impostos para os serviços e a indústria pode ampliar a arrecadação. Entretanto, essas conclusões não resolvem o problema do gasto obrigatório crescente, inclusive com emendas parlamentares. Também não se pode afirmar que o Brasil está acima do teto da curva de Laffer. Ou seja, nada garante que baixar ou congelar os tributos vá aumentar a arrecadação, porque a informalidade e a evasão fiscal decorrem muito mais das desigualdades e complexidade da nossa realidade econômica do que nível das alíquotas de impostos.

Nesse cenário, o governo Lula tenta tributar setores beneficiados por isenções fiscais que não fazem mais sentido, combater a sonegação e a elisão, mas a questão fiscal é mais complexa, depende da implantação da reforma tributária, do redirecionamento das despesas públicas e da melhoria da qualidade da administração pública. É aí que sai a equipe econômica e entram os políticos.

Negócios ou bem comum  
O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem, anunciou que a porá em votação nos próximos dias um pedido de urgência para derrubar o novo decreto do governo federal que trata do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A decisão foi tomada durante reunião de líderes partidários. “Conforme tenho dito nos últimos dias, o clima na Câmara não é favorável para o aumento de impostos com objetivo arrecadatório para resolver nossos problemas fiscais”, disse.

O novo decreto do IOF foi publicado na quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de uma negociação entre o próprio Motta, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O novo decreto também prevê aumento do tributo, mas em menor escala. Houve, porém, uma foi uma forte reação dos setores afetados pelas novas medidas, entre os quais o agronegócio, a construção civil e as bets. Todos os setores que perderiam isenções fiscais fizeram lobby para pressionar o Congresso. A resistência da oposição já era esperada, mas, a do Centrão, nem tanto. Na verdade, Motta deu um passo maior do que as pernas e depois teve que voltar atrás no acordo com equipe econômica.

Em resposta, em Mariana (MG), num evento sobre o Acordo do Rio Doce, o presidente Lula disse que não foi eleito para criar “benefício para rico” e defendeu os gastos sociais feitos pelo governo. Rebateu críticas de “empresários” e “banqueiros” que desejam redução de despesas. “Você sabem quanto que nós gastamos com ricos? Você sabem quantos bilhões a gente dá de isenção para os ricos desse país que não pagam impostos? R\$ 860 bilhões. É quatro vezes o Bolsa Família. O que a gente dá para eles é investimento, o que a gente dá para vocês é gasto”, exemplificou.

Mas Lula precisa combinar com deputados e senadores. Nos bastidores do Congresso, pode-se dizer que a “política como negócio” engoliu “política como bem comum”. Os dois conceitos são do filósofo e sociólogo alemão Max Weber, numa palestra célebre de 1919: “A política como vocação” (Politik als Beruf). Ele apresenta essa diferenciação como parte de uma análise mais ampla da ética e das vocações na sociedade. A política do bem comum é pautada pelo idealismo, voltada ao interesse público e à responsabilidade. O político age comprometido com causas coletivas, guiado por uma vocação no sentido quase religioso ou pela ética da responsabilidade.

A política como negócio, para Weber, porém, também faz parte do jogo, é inerente à democracia e ao capitalismo. É praticada como forma de ganhar a vida, buscar poder ou benefícios pessoais, faz da política uma profissão lucrativa ou meio de acesso a privilégios. Sua ética é determinada pelos objetivos, pela convicção, e não pela legitimidade dos meios. Hoje, como se sabe, a política como negócio é amplamente majoritária no Congresso, mas somente a turma do agronegócio põe a cara na reta e assume essa condição. A maioria dos nossos políticos diz que defende o bem comum. Será?

## ESCÂNDALO DO INSS

# Justiça bloqueia R\$ 2,8 bi de entidades

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou, ontem, que a Justiça Federal em Brasília bloqueou R\$ 2,8 bilhões em bens de entidades, empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com a AGU, os bloqueios foram deferidos nas 15 ações protocoladas pelo órgão para garantir o ressarcimento dos beneficiários.

Os valores bloqueados envolvem 12 entidades associativas e seus dirigentes, seis empresas de consultoria, dois escritórios de advocacia e três empresas.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas, entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados.

### Crédito extra

Também ontem, a AGU pediu

Ed Alves CB/DA Press



O montante bloqueado vai reforçar as devoluções aos segurados

ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para que o governo federal abra crédito extraordinário no orçamento para viabilizar o ressarcimento dos descontos irregulares nos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Na ação enviada ao STF, o órgão pede que os valores a serem usados na devolução não entrem no teto de gastos da União para os anos de 2025 e 2026. Para

garantir o pagamento, a AGU também quer uma decisão do Supremo para suspender a prescrição dos pedidos de ressarcimento dos descontos indevidos. De acordo com o órgão, a medida serve para proteger os segurados para que os pagamentos sejam feitos pela via administrativa, sem ações na Justiça.

O governo federal pediu ainda que todas as ações judiciais que tratam do ressarcimento sejam

suspensas para evitar a litigância em massa contra a União.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cerca de 4 milhões de ações sobre o assunto estão em tramitação no país.

### Bloqueios

Até o momento, a Justiça Federal já determinou o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60 dirigentes.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que apura um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados. (Agência Brasil)